

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
– CODEVASF**

Pregão Eletrônico nº 90018/2024

CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 49.214.595/0001-77, com sede na Rua Vicente Linhares, nº 500, sala 2207, bairro Aldeota, na cidade de Fortaleza/CE, CEP: 60135-270, por seu representante legal, vem à presença dessa Comissão Julgadora, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Federal BR-381, sem número, km 844/855, Distrito Industrial, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37.556-830, conforme razões a seguir expostas.

I. DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE

1. Na data de 16/10/2024, a empresa **CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA**, foi intimada para, no prazo de 03 (cinco) dias úteis, apresentar contrarrazões em face do recurso apresentado pela Recorrente no processo licitatório.

2. Tendo em vista que a intimação ocorreu em 16/10/2024, o prazo final para apresentação de contrarrazões é dia 21/10/2024, portanto, tempestiva a presente contrarrazões.

II. DOS FATOS

3. A Recorrida se consagrou vencedora do item 3, do Edital de processo licitatório em epígrafe.

4. A XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., apresentou recurso contra a **CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.**, sob o fundamento de que esta última não atendeu estritamente as condições previstas no Edital, devendo ser desclassificada.

5. Contudo sem razão a Recorrente, conforme será demonstrado a seguir.

III. DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA DECISÃO

6. Em uma tentativa frustrada de desclassificar a Recorrida, a Recorrente aduz que aquela deixou de atender na íntegra às exigências do Edital, requerendo a reforma da decisão que classificou e declarou a **CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.** vencedora. Contudo, não há substrato fático probatório nas alegações da Recorrente, conforme demonstra a Recorrida de forma detalhada a seguir.

a) Da Representação da Recorrida

7. A XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. pressupõe o não atendimento por parte da **CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.**, no que tange a proposta apresentada pela Recorrida, alegando que a representação da Recorrida estaria incompleta, pois inexistente a assinatura de dois administradores, nos termos do que prevê o Contrato Social da Sociedade.

8. Ainda, no afã de desclassificar a proposta comercial da Recorrida, a Recorrente fundamenta que somente seria possível a formalização de proposta com a assinatura de um administrador, caso o valor da proposta estivesse abaixo do permitido no contrato social.

9. Contudo, sem razão.

10. A proposta comercial apresentada foi assinada pelo Diretor Comercial da Recorrida, responsável por todas as assinaturas e gestão das áreas de comércio exterior e comercial da empresa, conforme possibilidade prevista no parágrafo 3º, da cláusula 8ª do Contrato Social vigente da empresa.

11. A Recorrente alega que, seguindo as disposições do *caput* da Cláusula Oitava e do parágrafo primeiro do Contrato Social da Recorrida, os diretores deveriam ter assinado conjuntamente a proposta.

12. No entanto, cabe ressaltar que o parágrafo terceiro da referida cláusula, define explicitamente poderes para representação isolada em negócios sob a administração de cada um dos diretores, senão vejamos:

§3º. É de competência do Diretor Comercial a gestão das áreas de comércio exterior e comercial da Sociedade.”

13. Portanto, para assinatura de proposta comercial, caberia a representação isolada do Diretor Comercial, qual seja Fábio Gonçalves Torres, visto que nesta fase procedimental, não há necessidade de assinatura conjunta dos administradores, pois os direitos e obrigações das Partes serão atribuídos com a assinatura do respectivo contrato.

14. Assim, não há que se falar em irregularidade da representação, visto que as obrigações da Recorrida serão assumidas somente com a assinatura da ata de registro de preços e o contrato, momento em que serão cumpridas todas as determinações do contrato social da sociedade.

15. Outrossim, caso se entenda pela irregularidade formal, é fato que esse dado é erro material facilmente sanável, visto que caso se tenha dúvidas da validade da proposta apresentada, é possível solicitar à Recorrida que apresente uma nova proposta com a assinatura conjunta dos administradores da Sociedade.

16. Ademais, a proposta da empresa seguiu estritamente todos os requisitos do presente processo licitatório, incluindo o prazo de vigência, a descrição dos itens e valores, bem como os documentos comprobatórios para habilitação.

17. A alegação da Recorrente não encontra respaldo fático ou jurídico, pois os supostos erros são, na realidade, equívocos formais sanáveis, que em nada afetam a competitividade ou a validade da proposta.

18. Logo, não há o que se falar na representação incompleta da Recorrida, pois esta seria naturalmente sanada com a formalização do negócio jurídico, com a assinatura conjunta dos diretores da Ata de Registro de Preços.

19. Diante do exposto, resta demonstrado que a proposta apresentada pela Recorrida, CM CCOMERCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA,

atendeu às exigências do edital, sem que se configure qualquer vício que justifique sua desclassificação.

b) Da LCVM (Licença para uso da configuração de veículo ou motor).

20. A Recorrida, em conformidade com as exigências do certame, apresentou a Licença para uso e configuração de veículo ou motor, com as especificações do produto correspondente ao item 3 do pregão.

21. O documento LCVM anexado junto à proposta, tem como objetivo exclusivo comprovar que o equipamento ofertado cumpre os requisitos do Padrão de Emissão de Poluentes Proncove MAR-1, em consonância com o disposto no Edital.

22. Esse certificado demonstra que o equipamento atende às exigências regulatórias de controle ambiental, assegurando conformidade com as normas brasileiras sobre emissões de poluentes, emitido órgão ambiental competente, qual seja IBAMA.

23. A referida licença trata-se de um exemplo do tipo de licença exigido para o equipamento ofertado e não especificamente da licença do produto que será comercializado ao órgão licitante, visto que poderá ser requerida quantas vezes for necessário, e não está limitada a apenas na modalidade de 50 (cinquenta) unidades.

24. Ainda, o referido documento foi apresentado em nome da empresa **CF COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA.**, pois ela é a importadora do produto e responsável pela emissão da referida licença, de acordo com a Portaria 86/1996 do IBAMA, veja-se:

Art. 2º - Para obtenção da LCVM de que trata o artigo anterior, o importador, pessoa física ou jurídica, deverá atender as exigências contidas no anexo I "Requisitos para obtenção da Licença para Uso da Configuração do Veículo ou Motor - LCVM", constante desta Portaria.

25. Tendo a importadora emitido a licença de acordo com os requisitos da legislação aplicável, não há obrigatoriedade para que haja a emissão de uma nova licença em nome de quem comercializará o produto, visto que se trata de um requisito para que a máquina possa entrar no mercado nacional.

26. Outrossim, a Recorrente apenas alega fatos, sem, contudo, apresentar fundamentos que evidenciem a probabilidade do seu direito.

27. Ao não apresentar fundamentos plausíveis nem normas que regulamentem o seu recurso de maneira específica e relevante para o caso, inviabiliza o contraditório e a ampla defesa da Recorrida.

28. A alegação de irregularidade não se sustenta, pois a documentação exigida pelo edital foi devidamente apresentada, e encontra-se dentro dos parâmetros legais e normativos estabelecidos pelas autoridades competentes.

29. Diante da falta de fundamentos técnicos e normativos no recurso apresentado pela Recorrente, bem como da comprovação pela Recorrida de que atendeu plenamente aos requisitos do edital, inclusive no que se refere à LCVM, não há razão para modificar o resultado do certame. Sendo assim, a classificação da Recorrida deve ser mantida, pois está em plena conformidade com os regulamentos aplicáveis.

IV. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

30. Conforme já delineado, os alegados vícios apontados pela Recorrente são de natureza meramente formal e sanável, não configurando qualquer irregularidade que comprometa a lisura do certame ou a legalidade da proposta da Recorrida.

31. Cabe ressaltar que Licitações e os Contratos Administrativos devem ser norteados pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, conforme preconiza o artigo 2º da Lei de nº 9.784 /1999 e o artigo 5º da Lei de nº 14.133/2021, visando assegurar (i) o equilíbrio na execução dos serviços; (ii) decisões administrativas pautadas no bom senso; e, (iii) o equilíbrio na aplicação de penalidades em desfavor do Contratado.

32. Nesta mesma linha de entendimento, leciona Celso Antônio Bandeira de Mello:

“(...) a Administração, ao atuar no exercício da discricção, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional ... Vale dizer: pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas - e, portanto, jurisdicionalmente invalidáveis - , as condutas ... praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada. (Celso Antônio Bandeira de Mello. Curso de Direito Administrativo. 9 ed. São Paulo: Malheiros, p. 66)”.

33. Outrossim, decidiu o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que a desclassificação da concorrente por mero erro material que não cause prejuízo ao interesse público caracteriza formalismo exacerbado e fere o princípio da razoabilidade, senão vejamos:

DIREITO ADMINISTRATIVO - REEXAME NECESSÁRIO - APELAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA - INABILITAÇÃO QUE SE MOSTRA DESARRAZOADA - FORMALISMO EXACERBADO - **PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - MERO ERRO MATERIAL. 1 - A desclassificação da concorrente, em razão da constatação de um erro material, que não tem o condão de causar prejuízos à administração, é um formalismo exacerbado, que não se justifica.** 2 - Direito líquido e certo da impetrante reconhecido, visto que o ato impugnado não se faz conforme o princípio da razoabilidade. (TJ-MG - AC: 10000180647539001 MG, Relator: Armando Freire, Data de Julgamento: 10/09/2019, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/09/2019). (grifo nosso).

34. O item 9.4 do edital é claro ao prever que apenas propostas com vícios insanáveis deverão ser desclassificadas, o que não é o caso da proposta da Recorrida. Conforme demonstrado, todas as informações necessárias foram devidamente prestadas, não havendo qualquer comprometimento da competitividade ou da execução do contrato.

35. Os erros materiais apontados pela Recorrente, não tem o condão de causar prejuízo à administração pública, sendo facilmente sanável.

36. No caso do presente pregão eletrônico, em nenhum momento foi requerida a correção ou saneamento das irregularidades apontadas pela Recorrente, visto que a comissão julgadora entendeu que a proposta foi apresentada de forma suficiente.

37. Caso houver a necessidade de saneamento das irregularidades, deveria a comissão ter concedido prazo para correção, nos termos do que decidiu o Superior Tribunal de Justiça, no REsp n. 1.348.472/RS, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÕES. RECURSO ADMINISTRATIVO. HOMOLOGAÇÃO PELA AUTORIDADE SUPERIOR. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS DO EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Discute-se nos autos a nulidade de procedimento licitatório em decorrência de julgamento de recurso administrativo por autoridade incompetente.

2. Apesar de o recurso administrativo interposto contra ato que desclassificou a empresa ora recorrente não ter sido julgado pela autoridade hierarquicamente superior, tal irregularidade foi saneada com a posterior homologação do procedimento licitatório pela autoridade competente para analisar o recurso.

3. O ato de homologação supõe prévia e detalhada análise de todo o procedimento licitatório no que concerne a sua regularidade. Homologar é confirmar a validade de todos os atos praticados no curso da licitação.

4. **Constatada a existência de vício em algum dos atos praticados no procedimento licitatório, cabe à autoridade superior, no momento da homologação, a sua convalidação ou anulação. Tratando-se de vício sanável é perfeitamente cabível a sua convalidação.**

5. O vício na competência poderá ser convalidado desde que não se trate de competência exclusiva, o que não é o caso dos autos. Logo, não há falar em nulidade do procedimento licitatório ante o saneamento do vício com a homologação.

6. Não cabe ao STJ, em recurso especial, a interpretação de cláusula de edital de licitação. Incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Recurso especial conhecido em parte e improvido.

(REsp n. 1.348.472/RS, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 21/5/2013, DJe de 28/5/2013.) (grifo nosso).

38. Portanto, na remota hipótese de se considerar a necessidade de apresentação de informações adicionais, estas são perfeitamente sanáveis, devendo ser oportunizada a correção, consoante decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

REPRESENTAÇÃO. FALHAS EM DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. PEDIDO DE CAUTELAR. OITIVA PRÉVIA. CONFIRMAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS. ADOÇÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. **DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA. NÃO OPORTUNIZAÇÃO AO LICITANTE DE AJUSTE DA PROPOSTA PARA ERROS MATERIAIS IRRELEVANTES E SANÁVEIS.** ASSINATURA DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO ATO ILEGAL

(TCU 01375420157, Relator: BRUNO DANTAS, Data de Julgamento: 21/10/2015)
(grifo nosso).

39. Importante ressaltar, que na ocorrência de descumprimentos contratuais, principalmente se tratando de vícios sanáveis, a Administração Pública deverá analisar o caso em específico da Licitante – potencial ofensivo -, assim como os potenciais consequências dos atos praticados, para verificar o cabimento de penalidades e a extensão destas.

40. Por não haver qualquer descumprimento do edital, deve ser mantida a decisão que classificou a proposta da Recorrida como vencedora, sendo totalmente improcedente o recurso interposto pela Recorrente.

41. Na remota hipótese da Comissão Julgadora entender pela procedência do recurso, requer-se, que seja oportunizado à Recorrida o saneamento dos eventuais vícios, conforme os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que regem os procedimentos licitatórios.

V. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

42. Em face de todo o exposto, ressaltando o notável saber técnico dos membros da Comissão Julgadora e dos demais analistas que participaram do apoio à mesma, requer que seja completamente indeferido o recurso proposto, conforme fundamentação exposta acima, mantendo-se a decisão que consagrou a Recorrida como vencedora do certame.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Blumenau/SC, 21 de outubro de 2024.

CM COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA
CNPJ nº 38.185.478/0001-06